



**INFORMAÇÕES PESSOAIS:**

<b>Nome:</b>	Mauro Leonardo Cunha
<b>Contato:</b>	
<b>Qualificação:</b>	Advogado e Mestre em Ciência da Informação
<b>Currículo:</b>	Advogado especialista em Direito da Informação Digital, palestrante e escritor; Mestre em Ciência da Informação; Empresário em Lawtech de Democracia Digital; Membro do Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico; Vice-Presidente da Associação Cultural Israelita de Brasília; Membro da equipe de avaliação dos testes do sistema eleitoral brasileiro (Senado Federal /TSE); Membro de Grupo de Trabalho Senado/TSE lei 13.444 Membro da equipe avaliadora dos testes de segurança do sistema eleitoral brasileiro (TSE, representando Senado Federal)



**CURSO:**

Título geral do curso:	Direito da Informação Digital
------------------------	-------------------------------

**AULA 1:**

Título_Aula 1:	Introdução à Problemática Jurídica
Roteiro de estudo:	Introduzir os telespectadores à realidade dos dados e da informação desde o direito romano até o uso da criptografia na Segunda Guerra Mundial. Introduzir os conceitos de Dado, Informação, Constructo, Símbolo e Enunciado.
Bibliografias:	<ol style="list-style-type: none"><li>Título: Droit du Cyberspace Autor: <a href="#">Karim Benyekhlef</a>, <a href="#">Pierre Trudel</a>, <a href="#">Sophie Hein</a>, <a href="#">France Abran</a> Editora: Thémis Cidade de publicação: Montreal Ano: 1997</li><li>Título: IBM e o Holocausto Autor: Edwin Black Editora: Campus Cidade de publicação: Rio de Janeiro Ano: 2001</li></ol>



	<p>3. Título: Direito e Informática Autor: Aires José Rover Editora: Manole Cidade de publicação: Barueri, SP. Ano: 2004</p>
<p><b>Resumo final:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Relações entre informação, ciframento e direito antes do advento dos computadores eletrônicos;</li><li>- Formalização da informação: números, numerais, sons, fonemas, letras e alfabeto;</li><li>- A relevância jurídica da Informação como fator de poder;</li><li>- Correios, diplomas, diplomatas: segredos e espionagem;</li><li>- A quem importa o direito da informação digital?</li><li>- O Estado computacionalmente poderoso e suas vítimas: Alemanha nazista como o E-Leviatã;</li></ul>



Quiz:

1 . O que esteganografia?

- a) A arte de cifrar mensagens;
- b) A arte de destruir vestígios da existência de mensagens;
- c) A arte de decifrar mensagens;
- d) A arte de dissimular a existência de mensagens.

2 . O que criptografia?

- a) A arte de cifrar mensagens;
- b) A arte de destruir vestígios da existência de mensagens;
- c) A arte de decifrar mensagens;
- d) A arte de dissimular a existência de mensagens.

3 . Dado é?

- a) Sinônimo de informação;
- b) Sinônimo de mensagem;
- c) Aspecto observável, padronizável e decodificável da realidade;
- d) A menor partícula da informação.



## AULA 2

<b>Título_Aula 2:</b>	Vocabulário e Conceitos Básicos
<b>Roteiro de estudo:</b>	<p>Como área recente do direito o vocabulário ainda não está minimamente estabilizado e varia de doutrinador para doutrinador. Os tradutores não têm termos estabilizados e muito se perde ainda nas traduções.</p> <p>As relações entre Direito e as áreas da computação, informática e redes de computador são abordadas por vários termos às vezes de forma conflitante. É importante informar ao telespectador sobre essa desestrutura terminológica, de forma que ele possa seguir proveitosamente em suas leituras.</p>
<b>Bibliografias:</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Título: O Direito Cibernético Autor: Alexandre Freire Pimentel Editora: Renovar Cidade de publicação: Rio de Janeiro Ano: 2000</li><li>2. Título: Manual de Informática Jurídica Autor: Ricardo A. Guibourg, Jorge O. Alende, Elena M. Campanella Editora: Astrea Cidade de publicação: Buenos Aires Ano: 1996</li><li>3. Título: Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação Autor: José Marques de Melo e Luciano Sathler (Orgs.) Editora: UNESP Cidade de publicação: São Bernardo do Campo, SP Ano: 2005</li></ol>



**Resumo final:**

Deve ter, no máximo, seis tópicos.

Em cada tópico as frases devem ter entre uma e sete palavras.

- Informática Jurídica e seus ramos;
- Direito da Informação e seus ramos;
- Direito Cibernético e seus ramos;
- Direito Digital e seus ramos.;
- Transdisciplinariedade como marca do profissional da área;
- A integração dos saberes da área.



Quiz:

1 . O que vem a ser informática jurídica para a maioria da doutrina nacional?

- e) A área do direito que estuda a informática e as redes de computador;
- f) Á área da ciência da informação que estuda a informação jurídica;
- g) A sucessora da diplomática jurídica;
- h) Nenhuma das opções anteriores..

2 . O que vem a ser direito da informação?

- e) O ramo do direito que estuda os dados
- f) O ramo da ciência de dados que estuda o direito;
- g) O estudo jurídico dos fluxos de informação;
- h) O Contrário de Informática Jurídica.

3 . Como pode se conceituar direito digital?

- e) Sinônimo de direito da tecnologia;
- f) O mesmo que de direito da informação digital;
- g) Sinônimo de tecnologia jurídica;
- h) Hermenêutica em redes.



### AULA 3:

<b>Título_Aula 3:</b>	Informação Jurídica Digital
<b>Roteiro de estudo:</b>	Aprofundar o conceito de informação para introduzir o telespectador à sinergia entre a constituição dos Estados Nacionais e as Redes de Informação. Estabelecer a compreensão das leis nacionais como conjuntos de dados padronizados e telecomunicados. Entendimento Tecnológico do Fenômeno Constitucional. Ampliar o conceito de sistema: Sistemas Jurídicos como Sistemas de Informação na esteira de Humberto Quiroga Lavié.
<b>Bibliografias:</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Título: Informação, Comunicação e Sistemas Autor: Bruno Lussato Editora: Dinalivro Cidade de publicação: Lisboa Ano: 1995</li><li>2. Título: Cibernética y Política Autor: Humberto Quiroga Lavié Editora: Ciudad Argentina Cidade de publicação: Mendoza, Argentina Ano: 1986</li><li>3. Título: Internet: Su Problemática Jurídica Autor: Horacio Fernández Delpech Editora: Abeledo-Perrot Cidade de publicação: Buenos Aires Ano: 2001</li></ol>





<p>Resumo final:</p>	
----------------------	--



Quiz:

1. Como a formação das redes de comunicação da informação se relaciona com a enunciação jusnormativa?
  - a) Permitindo o advento dos códigos jurídicos;
  - b) Permitindo o advento das constituições nacionais;
  - c) Permitindo a edição de tratados internacionais, como o que criou a União Postal Universal;
  - d) Permitindo a formalização da lei nacional e reforçando o poder central;
  
2. Como a teoria dos sistemas aproxima os mundos do direito e da informação;
  - a) Permitindo uma compreensão holística e transdisciplinar dos fenômenos jurídicos e tecnológicos.
  - b) Permitindo uma compreensão jurídica dos processos e fluxos informacionais;
  - c) Permitindo a compreensão informacional dos fenômenos jurídicos;
  - d) Todas as alternativas são válidas.
  
3. Como o conceito de limite da quantidade de informação suportada por um determinado sistema jurídico se apresenta na doutrina do constitucionalista e cientista político Quiroga Lavié?.
  - a) Como um indicativo de entropia do sistema constitucional
  - b) Como uma rede de enunciados;
  - c) Como um indicador de fragilidade de um dado sistema constitucional;
  - d) Como um dado interpretativo do direito digital



**AULA 4:**

<b>Título_Aula 4:</b>	Constituindo redes digitais
<b>Roteiro de estudo:</b>	Traçar uma continuidade fenomenológica no tempo expondo a sucessão em camada dos regimes jurídicos aplicáveis às atuais redes telemáticas digitais de informação. Dos correios, passando pela ferrovia, pelo telégrafo, pela telefonia, pelos documentos digitais, pelos modems e chegando às redes telemáticas com roteadores digitais e à assinatura digital.
<b>Bibliografias:</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Título: Formas e Normas de Jusvalidação da Informação Autor: Mauro Leonardo Cunha Editora: Ed.UFBA Cidade de publicação: Salvador Ano: 2006 .....Disponível em: <a href="https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18217/1/DISSERTACAO%20LEONARDO%20COM%20CAPA.pdf">https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18217/1/DISSERTACAO%20LEONARDO%20COM%20CAPA.pdf</a></li><li>2. Título: Assinatura Digital no Direito Brasileiro Autor: Fabiano Menke Editora: Revista dos Tribunais Cidade de publicação: São Paulo Ano: 2005</li><li>3. Título: O Livro dos Códigos – A ciência do sigilo – do Antigo Egito à Criptografia Quântica Autor: Simon Singh Editora: Record Cidade de publicação: Rio do Janeiro e São Paulo Ano: 2011</li></ol>



**Resumo final:**

Deve ter, no máximo, seis tópicos.

Em cada tópico as frases devem ter entre uma ou sete palavras.

- Formalização da Norma;
- Normatização da Forma;
- Padronização e Programação das Formas e Normas;
- Percepção: dados, constructos, informações, saberes.
- Formalidade dos ajustes e formalização da justiça, direito e informática como sistemas binários;
- Assinatura Digital: técnica e juridicamente compreendida (MP 2.200-2/2001 e EC nº 32, art. 2º)



Quiz:

1. O direito é um sistema binário por quê?
  - a) Somente admite operações válidas;
  - b) Só admite duas respostas possíveis a qualquer questionamento, a saber, lícito ou ilícito;
  - c) Pode ser descrito matematicamente e computacionalmente
  - d) Porque não comporta analogias.
  
2. A assinatura digital;
  - a) Não é de fato uma assinatura, mas um equivalente funcional a uma assinatura, já que cada indivíduo não deixa sempre a mesma marca nos documentos digitais que assina;
  - b) É uma assinatura digitalizada;
  - c) Não garante a integridade do documento digital assinado;
  - d) É aceita obrigatoriamente no sistema jurídico brasileiro.
  
3. O roteamento de pacotes e/ou mensagens é um conceito consagrado pelo:
  - a) Direito digital, exclusivamente;
  - b) Surgiu no direito postal e se expandiu para os contratos de logística e de telecomunicações, sendo inclusive aplicado às redes de computador;
  - c) Independe de embasamento jurídico;
  - d) Foi transladado da informática jurídica para o direito digital.



### AULA 5:

<b>Título_Aula 5:</b>	Democracia, Constituição e Direito Digital
<b>Roteiro de estudo:</b>	Explora a relação entre os direitos positivos e negativos sobre a informação, a saber: o direito a saber e o direito a não permitir que se saiba na sociedade da informação, explorando os seguintes diplomas legais: Marco Civil da Internet; Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados à Luz dos arts 5º e 7º da Constituição da República
<b>Bibliografias:</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Título: Comentários à Lei de Acesso à Informação Autor: Juliano Heinen Editora: Fórum Cidade de publicação: Belo Horizonte Ano: 2015</li><li>2. Título: Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados Autor: Mauro Leonardo Cunha Editora: Mauro Leonardo Cunha Editor Cidade de publicação: Brasília Ano: 2018 .....Disponível em: <a href="https://www.amazon.com.br/Coment%C3%A1rios-Geral-Prote%C3%A7%C3%A3o-Dados-Profissionais-ebook/dp/B07KY3LPFQ">https://www.amazon.com.br/Coment%C3%A1rios-Geral-Prote%C3%A7%C3%A3o-Dados-Profissionais-ebook/dp/B07KY3LPFQ</a></li><li>3. Título: Privacidade na Internet Autor: Amaro Moraes e Silva Neto Editora: Edipro Cidade de publicação: Bauru, SP Ano: 2001</li></ol>



**Resumo final:**

Fechando o curso, o telespectador deve estar capacitado para refletir sobre a tensão jurídica existente entre o direito de se informar e o direito de negar acesso a certas informações, seja por razões de direito público, seja por razões de direito privado. Criptografia, redes, blockchain (encadeamento criptográfico) devem ser percebidas como ferramentas tanto implementadoras quanto enunciadoras de realidades jurídicas digitais. A realidade constitucional, contratual e penal do direito digital deve ser percebida de forma transversal como o processo de constituição de um novo marco civilizatório.



Quiz:

1. Sobre sigilo e privacidade é correto afirmar que:
  - a) Sigilo é fato econômico e tecnológico;
  - b) Privacidade é um conceito oriundo do direito público;
  - c) A necessidade de publicidade dos atos administrativos deve se sobrepor aos imperativos privatistas de privacidade;
  - d) O dever de sigilo pode ter origem tanto no direito público, quanto no direito privado;
  
2. A criptografia aplicada diretamente a uma mensagem visa garantir:
  - a) O dever de sigilo quanto ao conteúdo da mensagem;
  - b) O dever de publicidade do texto da mensagem;
  - c) A dignidade da pessoa humana;
  - d) Todas as afirmativas são verdadeiras.
  
3. LAI e LGPD concretizam direitos humanos fundamentais ao:
  - a) Regular Sigilo Informacional e Publicidade dos Dados;
  - b) Estabelecer o equilíbrio entre acesso e publicidade dos dados sob poder da Administração Pública;
  - c) Regular o dever de publicidade da Administração Pública e garantir o direito de sigilo sobre dados pessoais;
  - d) Estabelecer parâmetros para o exercício do dever de informar.;





## PERGUNTAS DE ESTUDANTES

### Perguntas:

#### **Aula 1:**

- 1.O que distingue dado de informação e como a distinção afeta os respectivos regimes jurídicos?
- 2.O que é ciframento?
- 3.Como quem não usa computador pode necessitar do direito digital?

#### **Aula 2:**

- 1.A informática jurídica é uma aplicação da informática ao direito?
- 2.O que quer dizer direito informático?
- 3.O que vem a ser direito cibernético?

#### **Aula 3:**

- 1.Como o conceito de sistema pode se aplicar tanto ao direito quanto à computação? É de fato um só conceito, ou são apenas conceitos homônimos?
- 2.O que é um sistema de informação?
- 3.Analisar o direito como um sistema de informação é uma maneira válida de pensar o direito dentro da lógica da ciência do direito? Ou é algo para ciências auxiliares?

#### **Aula 4:**

1. Qual a diferença entre uma assinatura digitalizada e uma assinatura digital?
2. O que é um sistema binário? E por que o direito pode ser considerado binário?
- 3.O que é um sistema analógico? E como ele difere de um sistema binário?

#### **Aula 5:**

1. O direito digital é ramo do direito público, privado, ou um direito especial?
- 2.Qual a importância do dado jurídico para a informação jurídica?



3.A LGPD protege os dados pessoais nas “capas” dos autos digitais? Ou a LAI obriga sua publicação?



**RESUMO GERAL:**

<b>Tema de cada aula:</b>	Aula 1: Introdução à Problemática Jurídica Aula 2: Conceitos básicos de Direito Digital Aula 3: Informação jurídica e Direito Digital Aula 4: Constituição (acordos) das redes e Direito Digital Aula 5: Direito Digital como via de Estudo bem como garante da Democracia na Sociedade da Informação
<b>Bibliografias utilizadas:</b>	<p>Título: Droit du Cyberspace Autor: <a href="#">Karim Benyekhlef</a>, <a href="#">Pierre Trudel</a>, <a href="#">Sophie Hein</a>, <a href="#">France Abran</a> Editora: Thémis Cidade de publicação: Montreal Ano: 1997</p> <p>Título: IBM e o Holocausto Autor: Edwin Black Editora: Campus Cidade de publicação: Rio de Janeiro Ano: 2001</p> <p>Título: Formas e Normas de Jusvalidação da Informação Autor: Mauro Leonardo Cunha Editora: Ed.UFBA Cidade de publicação: Salvador Ano: 2006 .....Disponível em: <a href="https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18217/1/DISSERTACAO%20LEONARDO%20COM%20CAPA.pdf">https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18217/1/DISSERTACAO%20LEONARDO%20COM%20CAPA.pdf</a></p>



Título: Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados

Autor: Mauro Leonardo Cunha

Editora: Mauro Leonardo Cunha Editor

Cidade de publicação: Brasília

Ano: 2018

.....Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Coment%C3%A1rios-Geral-Prote%C3%A7%C3%A3o-Dados-Profissionais-ebook/dp/B07KY3LPFQ>

Título: Internet: Su Problemática Jurídica

Autor: Horacio Fernández Delpech

Editora: Abeledo-Perrot

Cidade de publicação: Buenos Aires

Ano: 2001

Título: Manual de Informática Jurídica

Autor: Ricardo A. Guibourg, Jorge O. Alende, Elena M. Campanella

Editora: Astrea

Cidade de publicação: Buenos Aires

Ano: 1996

Título: Comentários à Lei de Acesso à Informação

Autor: Juliano Heinen

Editora: Fórum



Cidade de publicação: Belo Horizonte  
Ano: 2015

Título: Informação, Comunicação e Sistemas

Autor: Bruno Lussato

Editora: Dinalivro

Cidade de publicação: Lisboa

Ano: 1995

Título: Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação

Autor: José Marques de Melo e Luciano Sathler (Orgs.)

Editora: UMESP

Cidade de publicação: São Bernardo do Campo, SP

Ano: 2005

Título: Assinatura Digital no Direito Brasileiro

Autor: Fabiano Menke

Editora: Revista dos Tribunais

Cidade de publicação: São Paulo

Ano: 2005

Título: Cibernética y Política



Autor: Humberto Quiroga Lavié  
Editora: Ciudad Argentina  
Cidade de publicação: Mendoza, Argentina  
Ano: 1986

Título: O Direito Cibernético  
Autor: Alexandre Freire Pimentel  
Editora: Renovar  
Cidade de publicação: Rio de Janeiro  
Ano: 2000

Título: Direito e Informática  
Autor: Aires José Rover  
Editora: Manole  
Cidade de publicação: Barueri, SP.  
Ano: 2004

Título: O Livro dos Códigos – A ciência do sigilo – do Antigo Egito à Criptografia Quântica  
Autor: Simon Singh  
Editora: Record  
Cidade de publicação: Rio do Janeiro e São Paulo  
Ano: 2011



	<p>Título: Privacidade na Internet Autor: Amaro Moraes e Silva Neto Editora: Edipro Cidade de publicação: Bauru, SP Ano: 2001</p>
--	---

#### QUIZ:

Prezados professores, informamos que o material didático utilizado na participação do programa Saber Direito, bem como a sua fonte é de inteira responsabilidade dos senhores. O Canal TV Justiça não se responsabiliza, em nenhum âmbito, sobre o uso de conteúdo resguardado por direito autoral. Pedimos que se abstenham de utilizar perguntas e respostas que estejam protegidas por lei.